



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

ANEXO IX - MINUTA DE TERMO DE CIÊNCIA, RESPONSABILIDADE E SIGILO

1. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

- I - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988.
- II - Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, Arts. 153, 154, 314, 325, e 327.
- III - Decreto-Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal, Art. 207.
- IV - Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018. Institui a Política Nacional de Segurança da Informação.
- V - Decreto 1.171 de 22 de junho de 1994. Código de Ética.
- VI - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.
- VII - Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, Lei da Transparência.
- VIII - Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- IX - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil, Arts. 388 e 404.
- X - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação.
- XI - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil, Art. 229, inciso I.

- XII - Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991.
- XIII - Lei de Arquivos, Arts. 4, 6 e 25. Lei 9.983 de 14 de julho de 2000. Altera o Código Penal.
- XIV - Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Regime Jurídico dos Servidores.
- XV - Lei 8.027 de 12 de abril de 1990. Conduta dos Servidores Públicos.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO

2.1. Este Termo de Responsabilidade e Sigilo se aplica a todos os servidores, colaboradores, prestadores de serviço e fornecedores dos ativos de informação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Contrato nº	
Empresa:	
Nome:	
CPF:	
Categoria (em conformidade com o Art. 8º da POSIN).	() Prestador de Serviço () Fornecedor () Outros
Lotação:	
Cargo/Perfil:	
E-mail:	
Telefone:	

Cláusula 1ª – Comprometo-me a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação sob restrição de acesso e a evitar ações que possam comprometer a Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade das informações e dos dados pessoais, bem como a proteção dos ativos de informação sob minha responsabilidade. Para tanto, declaro e comprometo-me a:

a) contribuir para assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações e dados pessoais, conforme descrito na legislações vigentes de segurança da informação e de proteção de dados;

b) manter em segredo todas as informações que tenham sido obtidas de outra parte, identificadas como confidenciais, e usá-las exclusivamente para a execução dos objetivos de trabalho, sujeito às penalidades previstas conforme Art. 132 da Lei nº 8.112/90, inciso IX;

c) não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, em hipótese alguma, de informações sob restrição de acesso obtidas, sem a prévia autorização do Gestor do Ativo de Informação e análise da necessidade de proteção, sujeito às penalidades previstas conforme Art. 11 da Lei nº 8.429/92, incisos III, IV e VII e Art. 32 da Lei 12.527/2011, incisos II, IV, V, § 1º, inciso II e § 2º;

d) a não utilizar as informações sob restrição de acesso a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

e) não tomar qualquer medida com vistas a obter para mim ou para terceiros os direitos de propriedade intelectual, relativos às informações sigilosas a que tenham acesso, sujeito às penalidades previstas no Art. 5º da Lei nº 8.027/90, inciso I;

f) não acessar deliberadamente, usar ou tentar usar os ativos de informação geridos ou custodiados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome para acessar, guardar, enviar, postar ou publicar material que seja inadequado. Isso inclui material pornográfico, sexualmente abusivo, obsceno, racista, sexista e de qualquer outro modo discriminatório, ameaçador ou assediador, pessoalmente ofensivo, difamatório ou ilegal;

g) tomar as medidas necessárias para proteger os ativos de informação que estejam sob minha responsabilidade contra perda, roubo e divulgação não autorizada;

h) utilizar os ativos de informação somente para realizar atividades relacionadas ao trabalho;

i) a não repassar o conhecimento das informações sob restrição de acesso, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas;

j) reconhecer que a utilização dos ativos de informação deste Ministério está sob monitoramento conforme previsto na legislação de segurança da informação e de proteção de dados pessoais, sem prejuízo das ações disciplinares que possam ser tomadas;

k) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo, a integridade das informações sob restrição de acesso, a imagem deste órgão e que invadam a privacidade pessoal e organizacional;

l) ao tomar conhecimento de um incidente de segurança da informação, nos ativos sob minha responsabilidade, informar imediatamente ao Gestor de Segurança da Informação/Subsecretário de Tecnologia da Informação do MDS para que sejam tomadas as decisões e providências cabíveis.

Cláusula 2ª – Estou ciente de que as senhas de acesso aos ativos de informação têm caráter confidencial, pessoal e intransferível, sendo minha responsabilidade zelar pelo seu sigilo, evitando:

a) escolher senhas de fácil dedução, como datas de aniversários, nomes próprios, etc;

b) compartilhar a senha com quem quer que seja ou sob qualquer justificativa; e

c) anotá-la ou registrá-la em qualquer meio visível por terceiros.

Cláusula 3ª – Declaro que tenho o conhecimento de que todas as minhas ações nos ativos de informação do MDS podem ser registradas e posteriormente averiguadas pelo Ministério, sem prejuízo das ações disciplinares que possam ser tomadas.

Cláusula 4ª – Declaro, finalmente, estar ciente da obrigação de preservar os ativos de informação a mim confiados e que o descumprimento dos itens constantes desta declaração serão considerados atos de violação e quebra de segurança da informação.

Cláusula 5ª – O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará todos os efeitos de ordem administrativa, civil e penal contra seus transgressores.

Cláusula 6ª – Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo, fica eleito o Gestor de Segurança da Informação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula 7ª – Por este instrumento, declaro ter ciência e conhecer o Termo de Confidencialidade firmado entre a Empresa e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS.

Cláusula 8ª – Declaro, nesta data, estar de acordo com este termo de responsabilidade e sigilo, comprometendo-me a respeitá-lo e cumpri-lo plena e integralmente, além de manter sempre verossímeis os dados da instituição e de minha área de competência.

Brasília, _____ de _____ de 20____

Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho de Moraes, Integrante Técnico**, em 06/08/2025, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República. .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.cidadania.gov.br/sei-autenticacao>, informando o código verificador **17030624** e o código CRC **3BC90335**.